Determinação espectrofotométrica de metildopa em formulações farmacêuticas usando o 2,2-difenil-picrilhidrazil

Orleane Rocha de Matos (IC), Paulo Roberto da Silva Ribeiro (PQ)*, Francisca Célia da Silva (IC). *pauloufv@hotmail.com

Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia, Imperatriz – MA, Brasil.

Palavras Chave: Metildopa, espectrofotometria, formulações farmacêuticas.

Introdução

O Metildopa (MTD) é um derivado catecólico largamente empregado como agente anti-hipertensivo¹. A ocorrência de desvios da qualidade nos medicamentos pode comprometer a segurança e a eficácia dos mesmos, resultando em erros na terapêutica medicamentosa².

Métodos analíticos simples, de baixo custo, rápidos, sensíveis e confiáveis são requeridos para análises de rotina visando garantir a qualidade dos medicamentos.

Assim, este trabalho relata um método espectrofotométrico inédito, simples, sensível e de baixo custo para a determinação de metildopa em formulações farmacêuticas.

Resultados e Discussão

Neste método, o radical livre de cor violeta, 2,2-difenil-1-picrilhidrazil (DPPH●), é reduzido pelo MTD (um antioxidante), formando difenil-picrilhidrazina, (coloração amarela) e, consequentemente, ocorre a diminuição da absorbância daquele radical que foi medida a 515 nm.

Para tanto, em balões volumétricos de 5,00 mL, foram adicionados 0,050 mL de soluções padrão de MTD (compreendendo entre 3,36 x 10⁻⁶ a 1,34 x 10⁻⁵ mol L⁻¹) e 0,500 mL de DPPH em etanol. Posteriormente, os balões foram avolumados com o mesmo solvente, lacrados e deixados em repouso à temperatura ambiente por 20 min, em local protegido de luz. O controle foi preparado substituindo a solução de MTD pelo mesmo volume de etanol. Logo após, a leitura das absorbâncias foi realizada em espectrofotômetro a 515 nm, contra o branco de reagentes correspondente.

Sob as condições experimentais otimizadas, curvas analíticas foram construídas relacionando-se a concentração de MTD e A_0 – A. Onde A_0 , é a absorbância do DPPH (controle) e A é a absorbância do MTD com o DPPH. A Lei de Lambert-Beer foi obedecida entre 3,36 x 10⁻⁶ a 1,34 x 10⁻⁵ mol L⁻¹ de MTD, na solução final, com um bom coeficiente de correlação linear (r = 0,9971; coeficiente angular = 6,223 x 10⁻⁴ L mol⁻¹ cm⁻¹ (n = 7) e intercepto = 5,433 x 10⁻². Os limites de detecção e de quantificação foram 6,22 x 10⁻⁸ e 2,07 x 10⁻⁷ mol L⁻¹ de MTD, respectivamente. Interferências não

foram observadas na presença de excipientes comumente encontrados em medicamentos.

O método proposto foi aplicado para determinação de MTD em comprimidos. Os resultados obtidos (**Tabela 1**) demonstraram boa concordância com aqueles obtidos pelo método oficial descrito na Farmacopéia Brasileira³.

Tabela 1. Determinação de MTD em formulações farmacêuticas

Amostra (comprimidos)	Conteúdo nominal ^a	Método proposto ^b	Método oficial ^b
А	250,0	249,3 ± 2,4	250,1 ± 0,9
В	250,0	$251,0 \pm 9,8$	$252,4 \pm 3,9$
С	500,0	$500,4 \pm 7,5$	$493,0 \pm 2,6$
D	500,0	$503,2 \pm 2,5$	$505,2 \pm 1,8$

^a Conteúdo declarado pelo fabricante: mg unid⁻¹. ^b Média de três determinações ± SD.

Os resultados foram comparados estatisticamente. Os valores obtidos a partir dos testes t e F mostraram que não há diferença significativa entre os resultados obtidos pelo método proposto e aqueles obtidos pelo método oficial 3 , com nível de confiança de 95%.

Conclusões

O método proposto demonstrou-se simples, rápido, altamente sensível e de baixo custo para determinar MTTD em formulações farmacêuticas com resultados satisfatórios. Além disso, este método apresenta-se vantajoso por não requerer etapas de aquecimento e de extração para a remoção de excipientes comumente encontrados nestas formulações.

Agradecimentos

Agradecemos à INCUBEM-PROEX-UFMA, à FAPEMA e ao CNPq pelo suporte financeiro.

¹ RIBEIRO, P. R. S. Desenvolvimento de Métodos Analíticos para Determinação de Captopril e Metildopa em Formulações Farmacêuticas. Tese (Doutorado em Química) – Instituto de Química, Universidade Estadual Paulista, Araraquara. 2005. 185 f.

² BRASIL. Relação de Remédios Falsificados (1998/1999). Ministério da Saúde. 2000.

³ Farmacopéia Brasileira, 4ª ed., Atheneu Editora São Paulo, Inc.: São Paulo, Brasil, **1996**, 47-47.2.